



4260981



00135.208238/2024-31

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS****NOTA CNDH Nº 7/2024****NOTA PÚBLICA DO CNDH SOBRE MISSÃO REALIZADA NOS TERRITÓRIOS DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS DO RIO ABACAXIS, AMAZONAS**

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), entidade nacional de atuação independente e de finalidade voltada à promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil, acaba de encerrar mais uma missão “in loco” para averiguar denúncias de violações de direitos humanos. Depois de três anos e oito meses do episódio conhecido como o “Massacre do Rio Abacaxis”, que torturou e assassinou barbaramente quatro ribeirinhos e dois indígenas do povo Munduruku durante operação policial, uma equipe de missão composta por conselheiras/os do CNDH, Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, especialistas relatores/as, representantes do Coletivo dos Povos do Rio Abacaxis e Mari Mari, e Polícia Federal, estiveram presentes na região do Rio Abacaxis, Amazonas. Durante uma semana, entre os dias 16 e 19 de abril, foram ouvidas diversas lideranças indígenas e ribeirinhas, as quais relataram graves ameaças à vida de defensoras e defensores de direitos humanos, bem como compartilharam a dor e angústia predominante na região por falta de respostas e impunidade, além de trazer à delegação uma série de situações que envolvem a falta de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, regularização territorial, segurança, trabalho e economias comunitárias. Foi constatado que desde a última missão realizada pelo CNDH na região do Rio Abacaxis no ano de 2020 houve poucos avanços na apuração concreta dos fatos ocorridos tanto na esfera criminal, quanto na esfera cível para reparação e indenização das vítimas e coletivos afetados. Ainda, a ausência do Estado enquanto executor das devidas políticas públicas expõe um abandono da região, aumentando sua susceptibilidade às investidas criminosas contra os povos indígenas e as comunidades tradicionais ribeirinhas. Os modos de viver tradicionais e ancestrais amazônicos estão ameaçados por garimpos ilegais, pesca e caça ilegais e exploração ilegal de madeira e o tráfico de drogas, que além de esbulharem a terra, as águas e as florestas e delas sugarem todas as suas riquezas, ameaçam quem defende os territórios e os povos que nela vivem e sobrevivem. A equipe de missão do CNDH pretende em breve apresentar seu relatório à sociedade amazonense; mas, desde já, clama o Poder Público a adotar medidas para a superação deste tão desolador cenário. O CNDH expressa, outrossim, especial preocupação com as ameaças às vidas dos povos indígenas e comunidades tradicionais ribeirinhas, solicitando providências imediatas para proteção a essas pessoas, garantia dos direitos sociais fundamentais e execução das políticas públicas.

Manaus, 22 de abril de 2024.

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

Setor Comercial Sul, Edifício Parque Cidade Corporate, Quadra 9, Lote C, Torre A, 9ª Andar, Asa Sul - Telefone: (61)  
2027-3907

CEP 70308-200 Brasília/DF - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>